

# Jusbrasil - Legislação

---

19 de maio de 2020

## Decreto 2615/98 | Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998

Publicado por Presidência da República (extraído pelo Jusbrasil) - 21 anos atrás

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.** [Ver tópico \(2800 documentos\)](#)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, DECRETA:

**Art. 1º** Fica aprovado, na forma do Anexo a este Decreto, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, que com este baixa. [Ver tópico \(115 documentos\)](#)

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. [Ver tópico \(59 documentos\)](#)

Brasília, 3 de junho de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Luiz Carlos Mendonça de Barros

Este texto não substitui o publicado no DOU de 04.06.1998

ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

CAPÍTULO I

DAS GENERALIDADES

**Art. 1º.** Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária (RadCom), instituído pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, como um serviço de radiodifusão comunitária.

de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço. [Ver tópico \(115 documentos\)](#)

**Art. 2º.** As condições para execução do RadCom subordinam-se ao disposto no art. 223 da Constituição Federal, à Lei nº 9.612, de 1998 e , no que couber, à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, modificada pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; e à regulamentação do Serviço de Radiodifusão Sonora, bem como a este Regulamento, às normas complementares, aos tratados, aos acordos e aos atos internacionais. [Ver tópico \(59 documentos\)](#)

**Art. 3º.** O RadCom tem por finalidade o atendimento de determinada comunidade, com vistas a: [Ver tópico \(6 documentos\)](#)

**I** - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**II** - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; [Ver tópico](#)

**III** - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; [Ver tópico](#)

**IV** - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; [Ver tópico](#)

**V** - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, da forma mais acessível possível. [Ver tópico](#)

**Art. 4º.** A agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL designará um único e específico canal na faixa de frequências do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, para atender, em âmbito nacional, ao Serviço de que trata este Regulamento. [Ver tópico \(6 documentos\)](#)

**Parágrafo único.** Em caso de manifesta impossibilidade técnica quanto ao desse canal em determinada região, a ANATEL indicará, em substituição, ca. 1.

alternativo, para utilização exclusiva naquela região, desde que haja algum que atenda aos critérios de proteção dos canais previstos nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, de Televisão em VHF e de Retransmissão de Televisão em VHF. [Ver tópico](#)

**Art. 5º.** A potência efetiva irradiada por emissora do RadCom será igual ou inferior a vinte e cinco watts. [Ver tópico \(39 documentos\)](#)

**Art. 6º.** A cobertura restrita de uma emissora do RadCom é a área limitada por um raio igual ou inferior a mil metros a partir da antena transmissora, destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro, uma vila ou uma localidade de pequeno porte. [Ver tópico \(65 documentos\)](#)

**Art. 7º.** O Ministério das Comunicações estabelecerá, no comunicado de habilitação de que trata o § 1º do art.9º da Lei nº 9.612, de 1998, o valor da taxa relativa ao cadastramento da emissora, bem como as condições de seu pagamento. [Ver tópico \(7 documentos\)](#)

## CAPÍTULO II

### DAS DEFINIÇÕES

**Art. 9º.** Compete ao Ministério das Comunicações: [Ver tópico \(112 documentos\)](#)

**I** - Licença para Funcionamento de Estação: é o documento que habilita a estação a funcionar em caráter definitivo, e que explicita a condição de não possuir a emissora direito à proteção contra interferências causadas por estações de telecomunicações e de radiodifusão regularmente instaladas; [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**II** - Localidade de pequeno porte: é toda cidade ou povoado cuja área urbana possa estar contida nos limites de uma área de cobertura restrita; [Ver tópico \(41 documentos\)](#)

**III** - Interferência indesejável: é a interferência que prejudica, de modo levemente perceptível, o serviço prestado por uma estação de telecomunicações ou de radiodifusão regularmente instalada; [Ver tópico \(7 documentos\)](#)

**IV** - Interferência prejudicial: é a interferência que, repetida ou continuamente, prejudica ou interrompe o serviço prestado por uma estação de telecomunicações ou de radiodifusão regularmente instalada. [Ver tópico](#)

### CAPÍTULO III

#### DA COMPETÊNCIA

**Art. 9º.** Compete ao Ministério das Comunicações: [Ver tópico \(112 documentos\)](#)

**I** - estabelecer as normas complementares do RadCom, indicando os parâmetros técnicos de funcionamento das estações, bem como detalhando os procedimentos para expedição de autorização e licenciamento; [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**II** - expedir ato de autorização para a execução do Serviço, observados os procedimentos estabelecidos na Lei nº 9.612, de 1998 e em norma complementar; [Ver tópico \(41 documentos\)](#)

**III** - fiscalizar a execução do RadCom, em todo o território nacional, no que disser respeito ao conteúdo da programação, nos termos da legislação pertinente. [Ver tópico \(7 documentos\)](#)

**Art. 10.** Compete à ANATEL: [Ver tópico \(73 documentos\)](#)

**I** - designar, em nível nacional, para utilização do RadCom, um único e específico canal na faixa de frequências do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada; [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**II** - designar canal alternativo nas regiões onde houver impossibilidade técnica de uso do canal em nível nacional; [Ver tópico](#)

**III** - certificar os equipamentos de transmissão utilizados no RadCom; [Ver tópico \(7 documentos\)](#)

**IV** - fiscalizar a execução do RadCom, em todo o território nacional, no que disser respeito ao uso do espectro radioelétrico. [Ver tópico \(12 documentos\)](#)

## CAPÍTULO IV

### DA AUTORIZAÇÃO

**Art. 11.** São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente constituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Parágrafo único.** Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida. [Ver tópico](#)

**Art. 12.** As entidades interessadas em executar o RadCom deverão apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações, demonstrando seu interesse, indicando a área onde pretendem prestar o Serviço e solicitando a designação de canal para a respectiva prestação. [Ver tópico \(12 documentos\)](#)

**Parágrafo único.** A ANATEL procederá a análise de viabilidade técnica para uso do canal nacionalmente designado para o RadCom ou de canal alternativo, conforme disposto no art. 4º e no inciso I do art. 10 deste regulamento. [Ver tópico \(6 documentos\)](#)

**Art. 13.** Havendo possibilidade técnica, para o uso do canal específico ou de canal alternativo, o Ministério das Comunicações publicará, no Diário Oficial da União, comunicado de habilitação para inscrição das entidades interessadas, estabelecendo prazo para que o façam, bem como informando o valor e as condições de pagamento da taxa relativa às despesas de cadastramento. [Ver tópico \(10 documentos\)](#)

**Art. 14.** As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar: [Ver tópico \(10 documentos\)](#)

**I** - estatuto da entidade, devidamente registrado; [Ver tópico](#)

**II** - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada; [Ver tópico](#)

**III** - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos; [Ver tópico](#)

**IV** - comprovação de maioria dos diretores; [Ver tópico](#)

**V** - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço; [Ver tópico](#)

**VI** - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área. [Ver tópico](#)

**Art. 15.** Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade. [Ver tópico](#)

**Art. 16.** Havendo mais de uma entidade habilitada para a prestação do Serviço, o Ministério das Comunicações promoverá o entendimento entre elas, objetivando que se associem. Não alcançando êxito, será procedida a escolha pelo critério de representatividade, evidenciada por meio de manifestações de apoio encaminhadas por membros ou por associações da comunidade a ser atendida. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**Parágrafo único.** Havendo igual representatividade entre as entidades, proceder-se-á à escolha por sorteio. [Ver tópico](#)

**Art. 17.** A autorização terá validade de três anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as disposições legais vigentes. [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**Art. 18.** A cada entidade será expedida apenas uma autorização para execução do RadCom. [Ver tópico \(20 documentos\)](#)

**Parágrafo único.** É vedada a expedição de autorização para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de serviço de radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como a entidade que tenha como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados. [Ver tópico](#)

## CAPÍTULO V

### DA FORMALIZAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

**Art. 19.** A autorização para execução do RadCom será formalizada mediante ato do Ministério das Comunicações, que deverá conter, pelo menos, a denominação da entidade, o objeto e o prazo de autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo para início da execução do Serviço. [Ver tópico \(144 documentos\)](#)

**Art. 20.** O Ministério das Comunicações providenciará a publicação, no Diário Oficial da União, do resumo do ato de autorização, como condição indispensável para sua eficácia, nos termos dos instrumentos aplicáveis. [Ver tópico \(19 documentos\)](#)

## CAPÍTULO VI

### DA INSTALAÇÃO DE EMISSORA DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

**Art. 21.** As condições necessárias à instalação da emissora, bem como o prazo para o início efetivo da execução do RadCom, serão estabelecidos pelo Ministério das Comunicações em norma complementar. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Parágrafo único.** O prazo mencionado neste artigo será contado a partir da data de publicação do ato de autorização. [Ver tópico](#)

**Art. 22.** Dentro do prazo que lhe é concedido para iniciar a execução do Serviço, a entidade deverá requerer a emissão de Licença para Funcionamento de Estação, devendo instruir o requerimento de acordo com o estabelecido em norma complementar. [Ver tópico](#)

## CAPÍTULO VII

### DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

**Art. 23.** O Ministério das Comunicações disporá, em norma complementar, sobre as características de operação das emissoras do RadCom. [Ver tópico](#)

**Art. 24.** Os equipamentos utilizados no RadCom serão certificados pela ANATEL, devendo ser pré-sintonizados na frequência de operação consignada à emissora. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 25.** A emissora do RadCom operará sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por estações de Serviços de Telecomunicações e de Radiodifusão regularmente instaladas. [Ver tópico](#)

**Art. 26.** Caso uma emissora do RadCom provoque interferência indesejável nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e de Radiodifusão, a ANATEL determinará a interrupção do serviço da emissora de RadCom interferente, no prazo fixado em norma complementar, até a completa eliminação da causa da interferência. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**Art. 27.** Caso uma emissora do RadCom provoque interferência prejudicial nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e de Radiodifusão, a ANATEL determinará a imediata interrupção do seu funcionamento, até à completa eliminação da causa da interferência. [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**Art. 28.** As emissoras do RadCom cumprirão período de oito horas, contínuas ou não, como tempo mínimo de operação diária. [Ver tópico \(28 documentos\)](#)

**Art. 29.** É vedada a formação de redes na execução do RadCom, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em lei. [Ver tópico](#)

## CAPÍTULO VIII

### DA PROGRAMAÇÃO



**Art. 30.** As emissoras do RadCom atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios: [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**I** - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade; [Ver tópico](#)

**II** - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade, e da integração dos membros da comunidade atendida; [Ver tópico](#)

**III** - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida; [Ver tópico](#)

**IV** - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias. [Ver tópico](#)

**§ 1º** É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária. [Ver tópico](#)

**§ 2º** As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultânea em matérias polêmicas, divulgando sempre as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados. [Ver tópico](#)

**§ 3º** Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela rádio comunitária. [Ver tópico](#)

**Art. 31.** As emissoras do RadCom assegurarão, em sua programação, espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade. [Ver tópico](#)

**Art. 32.** As prestadoras do RadCom poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida. [Ver tópico \(82 documentos\)](#)

**Art. 33.** É vedada a cessão ou arrendamento da emissora do RadCom ou de horários de sua programação. [Ver tópico](#)

## CAPÍTULO IX

### DA TRANSFERÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO

**Art. 34.** É vedada a transferência da autorização para execução do RadCom, a qualquer título, nos termos do art. 12 da Lei nº 9.612, de 1998. [Ver tópico](#)

**Art. 35.** A entidade autorizada a executar o RadCom pode, sem anuência do Ministério das Comunicações, realizar alterações em seus atos constitutivos e modificar a composição de sua diretoria, desde que essas operações não impliquem alteração nos termos e condições inicialmente exigidos para a autorização, devendo apresentar ao Ministério das Comunicações os atos que caracterizam as alterações mencionadas, devidamente registrados ou averbados na repartição competente, para fins de registro e controle, no prazo de trinta dias contado de sua efetivação. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

## CAPÍTULO X

### DA RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

**Art. 36.** A autorização para execução do RadCom poderá ser renovada por um outro período de três anos, desde que a autorizada apresente solicitação neste sentido com antecedência de três a um mês do seu termo final e que cumpra as exigências estabelecidas para tanto pelo Ministério das Comunicações. [Ver tópico \(16 documentos\)](#)

**Art. 37.** A renovação da autorização para execução do RadCom implicará pagamento de valor relativo às despesas decorrentes deste ato. [Ver tópico](#)

## CAPÍTULO XI

### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art. 38.** As penalidades aplicáveis em razão de infringência a qualquer dispositivo da Lei nº 9.612, de 1998, deste Regulamento e das normas aplicáveis ao RadCom

São: [Ver tópico \(17 documentos\)](#)

**I - advertência;** [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**II - multa;** e [Ver tópico \(8 documentos\)](#)

**III - na reincidência, revogação da autorização.** [Ver tópico \(9 documentos\)](#)

**§ 1º** A pena de advertência poderá ser aplicada ao infrator primário quando incorrer em infração considerada de menor gravidade. [Ver tópico](#)

**§ 2º** Os valores das multas a serem aplicadas obedecerão aos critérios estabelecidos no art. 59 da Lei nº 4.117, de 1962, com a redação que lhe deu o art. 3º do Decreto-Lei nº 236, de 1967. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 39.** Antes da aplicação de penalidades, a autorizada será notificada para exercer seu direito de defesa, conforme o estabelecido na Lei nº 4.117, de 1962, sem prejuízo da apreensão cautelar de que trata o parágrafo único do seu art. 70, com a redação que lhe deu o art. 3º do Decreto-Lei nº 236, de 1967. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 40.** São puníveis com multa as seguintes infrações na operação das emissoras do RadCom: [Ver tópico \(291 documentos\)](#)

**I - transferência a terceiros dos direitos ou procedimentos de execução do Serviço;** [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**II - permanência fora de operação por mais de trinta dias sem motivo justificável;** [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**III - uso de equipamentos não certificados ou homologados pela ANATEL;** [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**IV - manutenção pela autorizada, no seu quadro diretivo, de dirigente com residência fora da área da comunidade atendida;** [Ver tópico](#)

- V** - não manutenção do Conselho Comunitário, nos termos da Lei; [Ver tópico \(1 documento\)](#)
- VI** - estabelecimento ou manutenção de vínculos que subordinem a entidade ou a sujeitos à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais; [Ver tópico \(10 documentos\)](#)
- VII** - não comunicação ao Ministério das Comunicações, no prazo de trinta dias, das alterações efetivadas nos atos constitutivos ou da mudança de sua diretoria; [Ver tópico \(3 documentos\)](#)
- VIII** - modificação dos termos e das condições inicialmente atendidos para a expedição do ato de autorização; [Ver tópico](#)
- IX** - não destinação de espaço na programação disponível à divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade; [Ver tópico \(2 documentos\)](#)
- X** - formação de redes na exploração do RadCom; [Ver tópico \(3 documentos\)](#)
- XI** - não integração a redes quando convocadas em situações de guerra, calamidade pública e epidemias; [Ver tópico](#)
- XII** - não integração a redes para as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo; [Ver tópico \(29 documentos\)](#)
- XIII** - cessão ou arrendamento da emissora ou de horários de sua programação; [Ver tópico \(2 documentos\)](#)
- XIV** - transmissão de patrocínio em desacordo com as normas legais pertinentes; [Ver tópico \(2 documentos\)](#)
- XV** - transmissão de propaganda ou publicidade comercial a qualquer título; [Ver tópico \(123 documentos\)](#)
- XVI** - desvirtuamento das finalidades do RadCom e dos princípios fundamentais da programação; [Ver tópico \(8 documentos\)](#)

**XVII** - utilização de denominação de fantasia diversa da comunicada ao Ministério das Comunicações; [Ver tópico \(22 documentos\)](#)

**XVIII** - imposição de dificuldades à fiscalização do Serviço; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**XIX** - não manutenção em dia os registros da programação em texto e fitas, nos termos da regulamentação; [Ver tópico \(15 documentos\)](#)

**XX** - uso de equipamentos fora das especificações constantes dos certificados emitidos pela ANATEL; [Ver tópico](#)

**XXI** - não obediência ao tempo de funcionamento da estação comunicado ao Ministério das Comunicações; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**XXII** - alteração das características constantes da Licença para Funcionamento de Estação, sem observância das formalidades estabelecidas; [Ver tópico \(68 documentos\)](#)

**XXIII** - não solicitação, no prazo estabelecido, da expedição de Licença para Funcionamento de Estação;

(Revogado)

(Revogado pelo Decreto nº 8.061, de 2013)

**XXIV** - não observância do prazo estabelecido para início da execução do Serviço; [Ver tópico](#)

**XXV** - utilização de frequência diversa da autorizada; [Ver tópico \(15 documentos\)](#)

**XXVI** - início da execução do Serviço pela autorizada sem estar previamente licenciada; [Ver tópico](#)

**XXVII** - início da operação em caráter experimental pela autorizada, sem ter comunicado o fato no prazo estabelecido em norma complementar;

(Revogado)

(Revogado pelo Decreto nº 8.061, de 2013)

**XXVIII** - não comunicação de alteração do horário de funcionamento; [Ver tópico 1](#)

**XXIX** - não cumprimento pela autorizada, no tempo estipulado, de exigência que lhe tenha sido feita pelo Ministério das Comunicações ou pela ANATEL. [Ver tópico \(28 documentos\)](#)

## CAPÍTULO XII

### DA INTERRUÇÃO DO SERVIÇO

**Art. 41.** A execução do RadCom será interrompida nos seguintes casos: [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**I** - de imediato, na ocorrência de interferências prejudiciais; [Ver tópico](#)

**II** - no prazo estipulado pela ANATEL, na constatação de interferências indesejáveis, caso estas não tenham sido eliminadas; [Ver tópico](#)

**III** - quando estiver configurada situação de perigo de vida. [Ver tópico](#)

## CAPÍTULO XIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 42.** As entidades autorizadas a executar o RadCom estão sujeitas ao pagamento das taxas de fiscalização das telecomunicações previstas em lei. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**Art. 43.** A entidade detentora de autorização para execução do RadCom não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais. [Ver tópico](#)

ÿÿ